

ADM 009/2022 (e-protocolo
18.737.700-5)

Dispensa de licitação nº 007/2022

Contrato nº 004/2022

Contrato que entre si fazem a **INVEST PARANÁ** e **CLINIMERCES MEDSISTEN ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA** visando a prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho.

A **INVEST PARANÁ**, pessoa jurídica de direito privado, serviço social autônomo, com sede na Rua Comendador Araújo, 652, Batel, Município de Curitiba - Estado do Paraná, CEP 80.420-063, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.269.926/0001-80, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. José Eduardo Bekin, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.798.357-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 099.429.538-33, que ao final assina, e, de outro lado a **CLINIMERCES MEDSISTEN ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Anne Frank, 1735, Vila Hauer, Município de Curitiba – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.110.390/0001-27, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu diretor, Sr. Darci Alucio Gonçalves, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.029.210-3 SESP/PR e inscrito no CPF/MF nº 303.114.388-20, que ao final assina, firmam o presente Contrato, em conformidade com as Leis 8.666/93 e 15.608/07, Processo Administrativo ADM nº 009/2022, Dispensa de Licitação nº 007/2022, o qual será regido pelas cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em Medicina Ocupacional para prestação de serviços especializados em Saúde Ocupacional, para aproximadamente 45 (quarenta e cinco) colaboradores, que realize os seguintes serviços:

- a) 01 (uma) Visita Técnica para renovação dos documentos e reavaliação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), previsto na NR 7 do Ministério do Trabalho e Emprego, e que tem como objetivo prevenir, detectar precocemente, monitorar e controlar possíveis danos à saúde do empregado;

- b) 01 (uma) Visita Técnica para renovação dos documentos e reavaliação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), previsto no NR-01 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), previsto na IN 77/2015 do INSS, que é um documento histórico-laboral que contém várias informações relativas às atividades do trabalhador na empresa.
- d) Elaborar e emitir o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), previsto na Lei 9732/1998, que tem como objetivo analisar a necessidade de aplicação do direito à aposentadoria especial para o trabalhador exposto a agentes nocivos.
- e) Envio dos documentos (Segurança e Saúde no Trabalho) para o sistema eletrônico e-social: enviar os documentos para o sistema eletrônico E-social, atendendo às atualizações em relação à saúde segurança e medicina do trabalho, constantes na NR 07 e NR 09 e na Portaria Conjunta SERFB/SEPRT/ME nº 71 de 29 de junho de 2021, observando os prazos legais.
- f) Exames médicos ocupacionais: pré-admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional, para um número estimado de até 45 (quarenta e cinco) colaboradores. Caso haja aumento no número de colaboradores, o excedente terá um custo mensal de R\$ 6,19 (seis reais e dezenove centavos), por funcionário excedente ao mês;
- g) Número estimado de 44 (quarenta e quatro) exames complementares, sendo: 22 (vinte e dois) Eletrocardiogramas e 22 (vinte e dois) Eletroencefalogramas, nos casos admissionais, retorno ao trabalho, mudança de função e periódicos nos termos da legislação vigente: Lei 6514/77 e NR 07 da Portaria 3214/78.
- h) 01 (um) treinamento de primeiros socorros com carga horária de 20 (vinte) horas, para 02 (dois) colaboradores, com emissão de certificado: o representante da CIPA e seu respectivo suplente. Local: em Curitiba/PR. O conteúdo do treinamento bem como demais especificações deverão estar em conformidade com as especificações da NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- i) 01 (um) curso de brigadista de incêndio, atendendo a norma do corpo de bombeiros, NR 23 e NPT 17. A brigada de incêndio é responsável pela coordenação da evacuação da edificação em casos de incêndios e outros acidentes, ela também é responsável pelas ações de prevenção, como por exemplo a checagem dos extintores, saídas de emergência e afins.

OBS: Quando houver necessidade de outros documentos, tais como Laudos Ambientais, Laudos Ergonômicos, entre outros não previstos nas portarias nº 24 e 25 de 29 de dezembro de 1994, às custas ocorrerão por conta da Contratante após estudo individualizado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

As despesas financeiras com o objeto do presente contrato serão adimplidas pela

contraprestação ao Contrato de Gestão nº 003/2016 firmado entre a Invest Paraná e o Governo do Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 17 de março de 2022 a 16 de março de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS

1. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS – GRO

- a) O Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO vigentes, deverão ser revistos a fim de se observar a adequação às normas contidas na Portaria nº 3730/2020.
- b) Estabelecer as diretrizes e requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho – SST.
- c) Deverão ser propostas soluções para a melhoria e prevenção contínua de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, além de ações de gestão para minimizar danos à saúde e integralidade física do trabalhador.
- d) A Contratante deverá seguir rigorosamente o cronograma de ações elaborado pela Contratada, realizando as adequações dos programas e atualizações necessárias.

2. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – P.C.M.S.O.:

- a) O P.C.M.S.O. será elaborado por profissional legalmente habilitado, próprio da Contratada, atendendo as diretrizes previstas na NR-7/MTE, com validade para um ano.
- b) O P.C.M.S.O tem por objetivo a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores da Contratante e nele estão compreendidos:

2.1. EXAME MÉDICO OCUPACIONAL:

Na vigência do presente contrato, a Contratante terá direito de realizar os exames clínicos ocupacionais de acordo com o P.C.M.S.O., respeitado o número máximo de exames contratados, abrangidos Anamnese Ocupacional e Avaliação Física, estando compreendidos nos exames clínicos ocupacionais:

- a) Exame Médico Admissional: realizado na sede da Contratada, com agendamento prévio, sempre que ocorrer contratação de novo (s) funcionário (s) e antes do início das atividades laborais.
- b) Exame Médico Periódico: ocorre de acordo com a periodicidade prevista no P.C.M.S.O., e via de regra, será realizado na sede da Contratada, à Rua XV de Novembro, nº 784, Centro, Curitiba, PR.
- c) Caso seja acordada a realização dos exames na sede da Contratada, esta deverá providenciar o envio de lista com os dados dos trabalhadores (nome completo, data nascimento, setor, função, RG e CPF), em prazo não inferior a 48 horas antes da data agendada, excetuados os casos previstos nas Disposições Gerais ajustadas na Cláusula Sétima.
- d) Exame Médico de Retorno ao Trabalho: realizado na sede da Contratada, com agendamento prévio, a ser realizado, obrigatoriamente, no primeiro dia do retorno do trabalhador às suas atividades laborais, após afastamento por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, em razão de doença, acidente ou licença maternidade.
- e) Exame Médico de Mudança de Função: realizado na sede da Contratada, com agendamento prévio, a ser realizado nos casos da alteração de atividade, posto de trabalho ou setor que implique na exposição do empregado a risco diferente daquele a que estava exposto anteriormente. Este exame deverá ser realizado obrigatoriamente antes da data da mudança da função.
- f) Exame Médico Demissional: realizado na sede da Contratada, com agendamento prévio, sempre que ocorrer demissão de funcionário (s) da Contratante. No caso de demissão com aviso prévio, o exame demissional deverá ser realizado com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência à saída do empregado da empresa e caso não haja aviso prévio, o exame deverá ser realizado no mesmo dia ou no dia seguinte à saída do empregado.
- g) Fica dispensado o exame demissional nos casos das empresas de grau de risco 1 e 2, com exame clínico ocupacional do funcionário demitido realizado a menos de 135 dias e exames complementares dentro da validade de acordo com o P.C.M.S.O., e as empresas com grau de risco 3 e 4, sempre que o último exame ocupacional do funcionário demitido tenha sido realizado a menos de 90 dias e os exames complementares estejam válidos de acordo com o P.C.M.S.O. Ressalvados os exames complementares que, porventura tenham suas datas de validade vencidas, de acordo com a periodicidade prevista no PCMSO, e deverão ser obrigatoriamente realizados juntamente com o exame demissional.

2.2. EXAMES COMPLEMENTARES / AVALIAÇÕES COM ESPECIALISTAS:

Exames complementares de diagnóstico conforme a função e setor do trabalhador, que estejam previstos no P.C.M.S.O. e/ou outros exames complementares de diagnóstico e avaliações com outros especialistas a critério do Médico Examinador, necessários para avaliação da saúde do trabalhador, poderão ser solicitados e serão realizados

obrigatoriamente no momento e mesmo local do exame clínico ocupacional, sendo seus custos de responsabilidade da Contratante, de acordo com a lista de serviços constantes na Tabela de Honorários praticada à época do evento, cujo valor será cobrado via boleto bancário.

2.3. ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (A.S.O.):

Será emitido o A.S.O. para cada exame clínico ocupacional realizado, sempre em 3 (três) vias devidamente assinadas pelo Médico Examinador e pelo funcionário, sendo a primeira via, para arquivo no local de trabalho do funcionário à disposição da fiscalização do trabalho, a segunda via, obrigatoriamente, ao empregado e a terceira via para arquivo da Contratada, sendo que:

- a) Nos casos em que não houver necessidade de avaliação com especialistas e/ou exames complementares, será entregue ao término da consulta;
- b) Nos casos em que houver necessidade de avaliação com especialistas e/ou realização de exames complementares, constantes no P.C.M.S.O e/ou quando solicitados pelo Médico Examinador, a liberação fica condicionada a apresentação dos laudos das avaliações com especialistas e dos resultados dos exames complementares, sendo que, quando o A.S.O. estiver liberado, o próprio funcionário deverá retirá-lo na sede da Contratada.

3. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO – P.P.P.:

Tem por finalidade estabelecer procedimentos para comprovação do benefício da aposentadoria especial que abrange o trabalho exposto a agentes nocivos à saúde do trabalhador (ruídos, frio, calor, produtos químicos, gases, poeiras, fumos, micro-organismos e outros).

- a) Elaborado a partir das informações constantes no P.G.R. e P.C.M.S.O., complementado por demais informações fornecidas pela Contratante.
- b) Será emitido pela Contratada por ocasião da demissão do funcionário da empresa, no momento da realização do exame médico demissional, ficando sua emissão condicionada ao preenchimento correto de todos os dados das guias de encaminhamento para exames ocupacionais, ou quando solicitado para comprovação de aposentadoria especial junto aos órgãos governamentais competentes.

4. LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT

O LTCAT é uma declaração pericial destinada a:

- a) Apresentar os resultados da análise do desenvolvimento do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos;

- b) Demonstrar o reconhecimento dos agentes nocivos e discriminar a natureza, a intensidade e a concentração que possuem;
- c) Identificar as condições ambientais de trabalho por setor ou por processo produtivo, por estabelecimento ou obra;
- d) Explicitar as avaliações quantitativas e qualitativas dos riscos, por função, por grupo homogêneo de exposição ou por posto de trabalho. Nesta proposta não está incluso avaliações quantitativas de agentes físicos e químicos. Caso for observado, no decorrer da elaboração do Laudo, a necessidade de realizar outro tipo de avaliação quantitativa, a empresa será comunicada e uma nova proposta será elaborada.

5. RELATÓRIO ANUAL:

Será elaborado pela Contratada um relatório anual da execução do P.C.M.S.O. / PGR / GRO / LTCAT, a ser arquivado pela Contratante, para imediato acesso por parte do agente de inspeção do trabalho, quando solicitado.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor global estimado da referida contratação é de **R\$ 7.875,00** (sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais), que estão assim distribuídos:

- a) **R\$ 5.130,00** (cinco mil, cento e trinta reais), em 12 parcelas fixas e irredutíveis de R\$ 427,50 (quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) mensais, para atendimento médico (Atestado de Saúde Ocupacional) de até 45 (quarenta e cinco) colaboradores. Caso haja aumento no número de colaboradores, o excedente terá um custo mensal de R\$ 6,19 (seis reais e dezenove centavos), por funcionário excedente ao mês.
- b) Além dos serviços mencionados no item “a” retro, os valores indicados englobam também o pagamento dos serviços referentes ao PGR/GRO (Programa de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Trabalho) e a transmissão dos dados do SST (Segurança e Saúde do Trabalho) no e-Social.
 - I. O pagamento será realizado mediante transferência bancária ou boleto, com vencimento todo dia 20 (vinte) de cada mês, na conta: Banco Itaú S/A (341), agência 7285, conta corrente: 07747-0, Chave PIX 09.1140.390/0001-27, indicada pela Contratada.
 - II. Os boletos e notas fiscais deverão ser obrigatoriamente encaminhados para o endereço eletrônico adm@investpr.org.br.

III. A Contratada deverá informar, no prazo de 10 (dez) dias da assinatura da presente, endereço/telefone para contato com o responsável pela execução deste instrumento.

- c) **R\$ 1.925,00** (mil, novecentos e vinte e cinco reais), relativo a um número estimado de 44 (quarenta e quatros) exames complementares*, sendo 22 (vinte e dois) Eletrocardiogramas, orçados em R\$ 605,00 (seiscentos e cinco reais) e, 22 (vinte e dois) Eletroencefalogramas, orçados em R\$ 1.320,00 (mil, trezentos e vinte reais), nos casos admissionais, retorno ao trabalho, mudança de função e periódicos;

Valores unitários:

EXAMES COMPLEMENTARES	VALOR
Eletrocardiograma	R\$ 27,50 (por colaborador)
Eletroencefalograma	R\$ 60,00 (por colaborador)

* Os exames complementares e os treinamentos somente serão pagos havendo necessidade de sua realização e após a devida conclusão.

Exames Complementares e/ou Exames Clínicos (fora de Curitiba e Região Metropolitana, exceto São José dos Pinhais), que venham a ser necessários, não estão com seus custos inclusos nesse Contrato.

- d) **R\$ 380,00** (trezentos e oitenta reais), relativo a treinamento para 02 (dois) colaboradores: 01 (um) representante da CIPA e seu respectivo suplente, com emissão de certificado. Local: em Curitiba/PR. O valor do curso é de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), por participante.
- e) **R\$ 440,00** (quatrocentos e quarenta reais) relativo ao curso de brigadista de incêndio, atendendo a norma do corpo de bombeiros, NR 23 e NPT 17, para 02 (dois) colaboradores. O valor do curso é de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por participante.

OBS: O valor a ser investido em caso de não comparecimento em atendimento agendado, sem cancelamento prévio de 24 horas será de R\$ 20,00 (vinte reais).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.1. DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a) Disponibilizar horários para agendamentos de exames clínicos ocupacionais, desde que solicitados com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência a partir do contato da Contratante com a Central de Atendimento da Contratada, por meio do Telefone (41) 3023-9308 – 3082-8281 / (whats app: 3082-8281) / e-mail agendamento@clinimerces.com.br.

- b) Os exames agendados deverão ser prestados com pontualidade, zelo e organização.
- c) Manter todos os prontuários dos Exames Médicos Ocupacionais sob a responsabilidade do médico coordenador do P.C.M.S.O., e em caso de substituição, transferi-los ao médico substituto;
- d) Manter pelo prazo de 10 (dez) anos, arquivo com os Prontuários Médicos dos funcionários da Contratante que tenham tido vínculo de emprego na vigência do presente Contrato e após a realização do exame demissional;
- e) Envio dos documentos (Segurança e Saúde no Trabalho) para o sistema eletrônico e-social, atendendo às atualizações em relação à saúde segurança e medicina do trabalho, constantes na NR 07 e NR 09 e na Portaria Conjunta SERFB/SEPRT/ME nº 71 de 29 de junho de 2021, observando os prazos legais.
- f) Responsabilizar-se por todos os ônus e/ou encargos exigidos por lei decorrentes dos serviços contratados, abrangidos os profissionais que integram o seu quadro pessoal, bem como os terceiros prestadores de serviços, tais como engenheiros, técnicos e outros, isentando a Contratante de responsabilidade quanto à vínculo de emprego, subordinação, ou dependência econômica em relação ao pessoal da Contratada ou seus terceirizados no que tange à consecução do objeto deste Contrato;
- g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do §1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para assinatura do contrato, incluindo a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista.
- i) Enviar com no mínimo 60 dias de antecedência, aviso de convocação dos exames periódicos

6.2. DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

- a) Encaminhar seus funcionários para realização dos exames: admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de função e demissional, conforme o caso;
- b) Inscrever todos os seus funcionários no ato da assinatura do presente Contrato, através de uma relação em que devem constar nome completo do funcionário sem abreviaturas, matrícula e-social, PIS/PASEP, data de nascimento, Sexo, CTPS, Nº, Série e UF, data da admissão, Cargo, Nº C.B.O e RG.
- c) As alterações no quadro de funcionários deverão ser comunicadas à Contratada, por escrito, no mesmo dia em que ocorrer o fato, pelo e-mail agendamento@clinimerces.com.br.
- d) Promover, sob sua responsabilidade, a realização dos exames necessários para os funcionários que exercem suas funções em outros locais, não compreendidos

pela área de abrangência deste contrato, bem como a realização dos Exames Clínicos Ocupacionais e Complementares (de acordo com o P.C.M.S.O.) a cargo de outra prestadora de serviço diversa, devendo, nestes casos, encaminhar à Contratada os prontuários médicos de tais funcionários, para o correto controle do relatório anual, arcando em tais casos a Contratante com os custos de tais serviços junto à Empresa Especializada escolhida para esse fim, sobre o que assume total responsabilidade, isentando a Contratada de qualquer responsabilidade, nesta hipótese;

- j) Agendar, previamente, na sede da Contratada, a realização dos exames clínicos ocupacionais e complementares para seus funcionários por meio da Central de Atendimento pelo Telefone (41) 3023-9308 – 3082-8281 / (whats app: 3082-8281) / e-mail agendamento@clinimerces.com.br.
- e) Cancelar agendamentos de consultas e exames com antecedência mínima de quatro (04) horas, através de mensagem eletrônica para e-mail: agendamento@clinimerces.com.br a informando nome do funcionário, data e horário da consulta ou exame a ser cancelado, sob pena de pagamento de taxa administrativa;
- f) Ao encaminhar seus funcionários à Contratada, informá-los da obrigatoriedade de apresentarem documento oficial de identificação com foto, CPF e a guia de encaminhamento para o exame ocupacional, devidamente preenchida pela Contratante, sob pena de inviabilizar o atendimento que acarretará no pagamento de taxa administrativa, à título de falta sem cancelamento prévio;
- g) Informar por meio de mensagem eletrônica, para agendamento@clinimerces.com.br, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, eventuais alterações de estrutura física, bem como mudança de endereço de sua unidade, para a devida reelaboração e/ou renovação do PGR/ GRO/ LTCAT, e/ou P.C.M.S.O., conforme o caso, sendo que o seu silêncio importará a assunção de responsabilidade pela perda da validade dos Programas junto aos órgãos fiscalizadores, em razão da divergência da estrutura física e/ou do endereço, arcando com eventuais despesas, multas e outros decorrentes da omissão. Qualquer alteração e/ou renovação do LTCAT, P.G.R./G.R.O. e/ou P.C.M.S.O. em razão de alterações de estrutura física, bem como mudança de endereço de sua unidade, não estão cobertas pelo presente instrumento e estão sujeitas a cobrança mediante aprovação de orçamento pela Contratante.
- h) Assinar, na ocorrência da hipótese da letra “f”, termo de aditamento contratual para ajuste de valores complementares;
- i) Havendo mudanças nas funções e/ou setores, estas deverão ser comunicadas imediatamente à Contratada por meio de mensagem eletrônica para agendamento@clinimerces.com.br. Caso estas alterações impliquem na alteração do LTCAT, P.G.R./G.R.O. e/ou P.C.M.S.O., estas não são cobertas pelo presente instrumento e estão sujeitas a cobrança de acordo com a Tabela de Honorários da Contratada;

- j) Enviar relação dos funcionários agendados para realização de exames na sede da Contratada, com um mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, contendo nome completo, data de nascimento, setor, função, RG e CPF por meio de mensagem eletrônica para agendamento@clinimerces.com.br.
- k) Isentar a Contratada de quaisquer responsabilidades de natureza civil, trabalhista, tributária e criminal, decorrente de acidentes, lesões ou doenças ocupacionais, bem como pelo não cumprimento da legislação trabalhista, ou qualquer outra norma regulamentadora das atividades da Contratante, inclusive quanto aos eventuais ressarcimentos de perdas e danos, lucros cessantes e multas administrativas, bem como por notificações e/ou autos de infrações emitidos pelos órgãos fiscalizadores regulamentares que não forem comunicadas à Contratada na mesma data da notificação para as providências que a esta lhe competir por força do presente contrato ou de lei;
- l) Efetuar pagamento de custos adicionais por serviços não cobertos pelo presente contrato como também o pagamento de taxas administrativas pela falta de funcionários aos exames e consultas agendadas, alteração de A.S.O., segunda via de documentos, e demais hipóteses previstas no presente contrato;
- m) Preencher corretamente todos os dados das guias de encaminhamento para exames ocupacionais para viabilizar o atendimento e a emissão do PPP, na ocasião do exame demissional;
- n) Manter sob sua guarda pelo prazo de 20 (vinte) anos, arquivo com os documentos originais do LTCAT, P.G.R./G.R.O., P.C.M.S.O. e demais documentos originados e relacionados a estes;
- o) Informar eventuais alterações de dados cadastrais ou substituição do Gestor do Contrato, sempre que ocorrer, por meio de mensagem eletrônica para financeiro@clinimerces.com.br, sendo que a sua omissão não será escusa para descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente Instrumento;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE EMPREGADOS:

A inclusão de novo (s) empregado (s) da Contratante, na vigência do presente contrato, acontecerá no momento da realização do exame médico admissional; sendo que a exclusão de funcionários acontecerá automaticamente quando da realização do exame médico demissional, salvo no (s) caso (s) previsto (s) no item 7.4.3.5 da NR07/MTE, e nos casos em que por motivos alheios a Contratante não encaminhe os empregados para realizarem os exames admissional e demissional, casos em que a Contratante se obriga a comunicar expressamente por meio do endereço eletrônico da Contratada: suporte@clinimerces.com.br a inclusão ou a exclusão de empregados.

7.2. DO LIMITE DOS EXAMES CLÍNICOS OCUPACIONAIS:

Na vigência do presente Contrato, a Contratante tem o direito de realizar os exames

clínicos ocupacionais de acordo com o limite estabelecido na cláusula primeira, sendo que na hipótese de extrapolar o número limite do período, ser-lhe-á cobrado o valor do exame excedente realizado, de acordo os valores estabelecidos neste contrato.

7.3. DAS EXCLUSÕES E DAS TAXAS ADMINISTRATIVAS:

Estão excluídos do objeto do presente Contrato e sujeitos à cobrança adicional:

- a) Exames complementares de diagnóstico conforme a função e setor do trabalhador, que não estejam previstos no P.C.M.S.O. vigente da assinatura do contrato; e/ou outros exames complementares de diagnóstico e avaliações com outros especialistas a critério do Médico Examinador, poderão ser solicitados e estarão sujeitos à cobrança por não estarem cobertos no valor do presente contrato, sendo seus custos de responsabilidade da Contratante, de acordo com a Tabela de Honorários praticada à época do evento, cujo valor será cobrado via transferência bancária ou boleto bancário.
- b) Quaisquer tipos de consulta médica não ocupacional, exames complementares, avaliações quantitativas de qualquer tipo, laudos periciais em geral, P.C.M.A.T., Ordem de Serviços, e demais serviços não especificados nas cláusulas Primeira e Quarta.
- c) Atendimento de funcionários sem agendamento prévio poderá ocorrer de acordo com a possibilidade de encaixe na agenda do médico em atendimento, e obrigará a Contratante ao pagamento de taxa administrativa de acordo com a lista de serviços constante da Tabela de honorários praticada à época do evento, cujo valor será cobrado via boleto bancário.

7.4. FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

No caso de a Contratante receber notificação da fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência durante a vigência do presente Contrato, e que diga respeito aos serviços aqui estipulados, a Contratante deverá entrar em contato no mesmo dia do acontecimento para que a Contratada fique ciente da situação.

A Contratada não se responsabiliza por qualquer notificação e/ou autuação emitida pelo respectivo órgão fiscalizador das relações trabalhistas e previdenciárias.

7.5. CONTADOR RESPONSÁVEL

Para fins de contato acerca do encaminhamento de informações do e-Social, a cargo da contratada, registre-se os dados do escritório contábil responsável da contratante: Claudemir Marins, Rua Deputado Carneiro de Campos, 432, Hugo Lange, CEP 80.040-320, Curitiba, Paraná, Fone: (41) 3359-7300, home page: www.eubor.com.br e e-mail: rh@eubor.com.br

CLÁUSULA OITAVA: DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para

acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O contrato será gerido pelo Sr. Paulo Alexandro Morva Martins, e-mail: paulo@investpr.org.br, e fiscalizado pelo Sra. Giovana Passos Lima, e-mail: giovana@investpr.org.br, ambos lotados no Departamento Administrativo e Financeiro.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA: DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços contratados serão prestados tanto na sede Contratante quanto na da Contratada, sendo que na hipótese de ocorrência de eventos fora da região de abrangência, as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação, se houver, ficarão sob a responsabilidade da Contratante. Caberá à Contratante aprovar orçamento prévio a ser enviado pela Contratada em até 48 horas antes da realização dos serviços.

Parágrafo único: Na ocorrência de despesas e/ou serviços adicionais, os respectivos valores serão cobrados via boleto bancário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante, poderá, garantia a prévia defesa, aplicar à Contratada, as seguintes sanções, de acordo com o que determina o art. 87 da Lei 8.666/93:

- a) advertência,
- b) multa moratória, devido ao não cumprimento do contrato no prazo assinalado, correspondente a 0,5% do valor do contrato.

Parágrafo único: O atraso do pagamento por prazo superior a 90 dias do vencimento implicará na suspensão imediata de todos os serviços contratados e na rescisão do contrato de pleno direito, nos termos do que determina o inciso XV, do artigo 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- a) O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93.
- b) A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste contrato reger-se-ão pelas Leis 8.666/93 e Lei Estadual 15.608/07, como também pelos documentos integrantes do presente ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Caberá à Contratante, providenciar a publicação do extrato do presente contrato no prazo previsto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: FORO

O foro do presente contrato será o da cidade sede da Contratante, Comarca de Curitiba/PR.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato em duas vias, na presença das testemunhas abaixo arroladas, para a sua validade e eficácia jurídicas.

Curitiba, 14 de março de 2022.

INVEST PARANÁ
José Eduardo Bekin

DARCI ALUCIO
GONÇALVES
CLINIMERCES MEDSISTEN –
ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO
TRABALHO LTDA
Darci Alucio Gonçalves

Assinado de forma digital por DARCI ALUCIO GONÇALVES
Dados: 2022.03.15 16:26:01 -03'00'

TESTEMUNHAS:

Alceu Albino Von Der Osten Neto
CPF/MF 050.244.319-79

Danielle Laginski Freire
CPF/MF 875.255.429-53

Visto Jurídico:

Rilton Alexandre Guimarães
Procurador jurídico

Documento: **18.Contrato.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Rilton Alexandre Guimaraes** em 14/03/2022 16:10, **Alceu Albino Von Der Osten Neto** em 14/03/2022 16:31, **Paulo Alexandre Morva Martins** em 15/03/2022 11:37.

Assinatura Simples realizada por: **Danielle Laginski Freire** em 14/03/2022 16:08.

Inserido ao protocolo **18.737.700-5** por: **Danielle Laginski Freire** em: 14/03/2022 16:06.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
5637b8773a2f4f48832e52b4a50297e0.

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna pública a contratação nos termos do Art. 149 do RILC - Inexigibilidade de Licitação por inviabilidade de competição, nº 5500/2022, CONCERTO EM UM CMB, SUBMERSÍVEL, MARCA KSB, PARA APLICAÇÃO NA LAPA, EEE-04 ALTO DA CRUZ. Contratada KSB BRASIL LTDA, valor R\$ 28306,70, contrato nº 47520, data de assinatura 25/02/2022.

22922/2022

EXTRATO DO CONTRATO

No âmbito da SANEPAR, ficam designados Gestor e Fiscal para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto e acesso ao Sistema Integrado de Transferência - SIT/TCE PR, referente ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 002/2018, firmado entre a Prefeitura Municipal Piraquara e SANEPAR, com o objetivo de implantar o "Projeto Manancial Vivo - Implantação e execução de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA": Gestora PAULA FOLTRAN DE AZEVEDO HAMERSCHMIDT CPF: 024.521.419-41 em substituição a Gestora DAISY MARA JAIME MAIA CPF: 821.154.197-15; e Fiscal RAUL ALBERTO MARCON CPF 977.627.179-00, em substituição ao Fiscal WALMIR SILVA DOS SANTOS CPF: 016.456.019-00.

EXTRATO DO CONTRATO

No âmbito da SANEPAR, ficam designados Gestor e Fiscal para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto e acesso ao Sistema Integrado de Transferência - SIT/TCE PR, referente ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 001/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais e SANEPAR, com o objetivo de implantar o "Projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA": Gestora PAULA FOLTRAN DE AZEVEDO HAMERSCHMIDT CPF: 024.521.419-41 em substituição a Gestora DAISY MARA JAIME MAIA CPF: 821.154.197-15; e Fiscal RAUL ALBERTO MARCON CPF 977.627.179-00, em substituição ao Fiscal WALMIR SILVA DOS SANTOS CPF: 016.456.019-00.

23236/2022

RESULTADO DA LICITAÇÃO N.º 003/2022

Objeto: Execução de obra da nova captação superficial do Sistema de Abastecimento de Água - SAA do município de Campo do Tenente, com fornecimento de materiais, conforme detalhado nos anexos do edital. Preço máximo admitido: R\$ 1.978.607,34. **Licitação Deserta.**

Lucas Paulino da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

22908/2022

RESULTADO DA LICITAÇÃO 035/2022

A Comissão de Licitação designada por resolução torna público, para o conhecimento dos interessados, o que segue:

Preço máximo da licitação: **R\$ 392.737,89.**

Classificação:

- 1ª) Sandesk - Saneamento e Tecnologia Ltda. R\$ 299.000,00;
2ª) Sangeo Engenharia Consultiva Ltda. R\$ 304.000,00.
3ª) Ecosoul Projetos de Eng., Saneamento e Meio Ambiente Ltda.

R\$ 324.500,00.

A Comissão de Licitação decide considerar a empresa Sandesk - Saneamento e Tecnologia Ltda. habilitada, tendo em vista o atendimento a todos os critérios estabelecidos pelo Edital, e a declara vencedora da licitação.

O inteiro teor da Ata de Julgamento está disponível na internet, no site da Sanepar. (<http://licitacoes.sanepar.com.br>). Abre-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

Lucas Paulino da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

22975/2022

**RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1074/22**

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR comunica que a licitação supracitada, que tem por objeto AQUIS DE ORTOPOLIFOSFATO (SOLIDO), não teve proposta válida dentro do exigido no Edital, dessa forma restou REVOGADA - Preços incompatíveis.

GAQS - GERENCIA DE AQUISIÇÕES

22847/2022

**RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1077/2022**

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR comunica que a licitação supracitada, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE CÁLCIO GRANULADO, não teve proposta válida dentro do exigido no Edital, dessa forma restou REVOGADA - Preços incompatíveis.

GAQS - GERENCIA DE AQUISIÇÕES

23249/2022

Nono Termo de Compromisso e Responsabilidade com o município de Salgado Filho. **Objeto:** Prorrogação por mais 12 meses do prazo previsto na Cláusula Sétima do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Programa nº 38/2012, para a conclusão das obras de implantação do sistema de abastecimento de água nas localidades rurais de Vila Rural e Linha João XXIII, a partir de 10/01/2022, no município de Salgado Filho. **Prazo de execução:** 12 meses. **Assinatura:** 03/01/2022. **Valor do 7º TA:** R\$ 137.815,00.

23332/2022

Trigésimo Termo de Compromisso e Responsabilidade com o município de Joaquim Távora. **Objeto:** Prorrogação por mais 12 meses do prazo previsto na Cláusula

Primeira do 29º Termo Aditivo, o qual prorrogou o prazo do 28º Termo Aditivo, que por sua vez prorrogou o prazo do 25º Termo Aditivo, todos do Contrato de Concessão nº 255/1984, para a conclusão das obras de implantação do sistema de abastecimento de água na localidade rural de Ceboleiro, a partir de 26/02/2022, no município de Joaquim Távora. **Prazo de execução:** 12 meses. **Assinatura:** 14/02/2022. **Valor do 25º TA:** R\$ 136.711,50.

23356/2022

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna pública a contratação nos termos do Art. 148 - II do RILC - Dispensa de Licitação em Razão do Valor para Compras e Serviços, exceto os de engenharia, nº 5998/2022, Revisão e concerto de dois refrigeradores (P.P. 101452 e 222243) e instalação de controlador de temperatura no refrigerador P.P. 260095. Contratada MEDIC-LAB EQUIPAMENTOS LTDA, valor R\$ 2630,00, contrato nº 47643, data de assinatura 08/03/2022.

23348/2022

Serviço Social Autônomo**Invest Paraná****INVEST PARANÁ****EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2022**

PROCESSO Nº: 18.737.700-5
CONTRATANTE: Invest Paraná, CNPJ: 17.269.926/0001-80
CONTRATADA: Clinimerces Medsisten Assessoria em Segurança do Trabalho Ltda, CNPJ: 09.110.390/0001-27
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços especializados em Saúde Ocupacional, para a quantidade estimada de 45 colaboradores.
VIGÊNCIA: de 17 de março de 2022 a 16 de março de 2023.
VALOR global estimado: R\$ 7.875,00 (sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais).
ASSINATURA: José Eduardo Bekin, Diretor Presidente, em 15 de março de 2022.

23509/2022

PARANÁ PREVIDÊNCIA**Aviso de Credenciamento**

O Comitê de Investimentos da PARANAPREVIDÊNCIA, em reunião realizada em 17/02/2022, informa que credenciou o seguinte administrador/gestor de fundos de investimento, nos termos do Edital de Credenciamento 2019, constante do protocolo nº 15.695.058-0:

Razão Social	CNPJ	Modalidade de Credenciamento
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda.	72.027.832/0001-02	Gestor de Fundos de Investimento

23434/2022

Ministério Público do Estado do Paraná**Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato**

PROT: 4003/2022 - P.E.: 59/2019 - CONTRATO: 305/2019.
CONTRATADO: Cevipa - Central de Vigilância Patrimonial - Eireli.
CNPJ: 25.219.005/0001-30
OBJETO: Renovação dos serviços de vigilância armada 24 horas no imóvel sito na Rua Almirante Barroso, nº 3200 em Toledo/PR.
DOT. ORÇ.: 0901.03091436.010 - subelemento de despesa: 3390.3702.
VALOR MENSAL: R\$ 21.833,70 (vinte e um mil oitocentos e trinta e três reais e setenta centavos)
VIGÊNCIA: 01/04/2022 a 31/03/2023.
AUTORIZAÇÃO: José Deliberador Neto - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

22969/2022

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato

PROTOCOLO: 14734/2021 - DISP.: 30/2021 - CONTRATO: 154/2021
CONTRATADO: Elevadores Atlas Schindler S/A.
CNPJ: 00.028.986/0017-75.
OBJETO: O contrato tem o início de sua vigência alterado para 15/02/2022, com término previsto para 14/02/2023.
AUTORIZAÇÃO: José Deliberador Neto - Subprocurador Geral para Assuntos Administrativos.

23183/2022